

Benefícios sempre em QRV para os sócios

Associados SINDSEG e seus familiares sempre tem vantagens! Veja abaixo alguns lugares onde você é mais que bem-vindo!



Invista em sua formação à distância à partir de:

Graduação: R\$ 149.00 Pós-Graduação: R\$ 99.00 NINTER.com EJA: R\$ 99,00



Faça o seu curso superior

Fone/Whats 11 94467-9295

Cursos na área de Segurança

12 3133-2738

- Inglês - Espanhol

Francês





Cursos de idiomas adulto e infantil

Aprenda um novo idioma e se diferencie no mercado

Pça. Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes, 178

São Benedito - Guaratinguetá Fone: 12 3013-0575 A partir de R\$ 24,90 por pessoa + R\$ 10,00 por dependente Cuide da sua saúde e mais de 20 especialidades voltadas para a saúde e bem-es



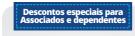




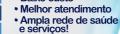


Convênio sem mensalidade

Sem mensalidade Sem carência



- Sem taxa de adesão Sem carência
- Baixo custo







Diversão para toda a família



Aproveite suas férias com desconto na hospedagem

RAGUÁ - ILHABELA - UBATUBA - BERTIOGA IEGRA - CAMPOS DO JORDÃO - ÁGUAS DE LINDÓIA ROQUE - SOCORRO - OLÍMPIA ... E MUITO MAIS!

Fone/Whats 11 4125-0480

12 3133-2738



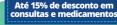
Kit de Boas-vindas para os recém-nascidos Fone/Whats



Mantenha-se em forma para os desafios da função

AERÓBICA - JAZZ - KICKBOXING MUSCULAÇÃO

Av. Carlos Rebello Júnior, 137





(12) 97412-6970

Cuidados para os seus animais de estimação

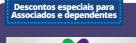
Atendimento 24h em: Lorena, Piquete, Canas, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá, Aparecida, e Potim.



Atendimento especial para Vigilantes

Previdenciária

Fone/Whats 12 3133-2738



farmavale

Medicamentos com desconto

Fone/Whats: 12 98893-2618

3 endereços em Cachoeira Paulista R. Sete de Setembro, 284

R. Bernardino de Campos, 536 R. Edith Rangel, 5

Corte de cabelo GRATUITO para Associados: agende agora mesmo!

Cunha

Lorena

Cruzeiro

SALÃO DO EDSON ERNANI 12 3157-2810

JOSIAS 12 99727-9078

BARBEARIA PERES 12 99605-7241





12 99621-8689



Boletim Informativo dos Vigilantes de Guaratinguetá e Região



PPR 2025 Fique atento aos prazos e valores

Veia abaixo a tabela com os valores do PPR 2025, incluindo os detalhes sobre as datas de pagamento e a apresentação em holerite. Essa é uma importante conquista da nossa categoria, fruto de uma negociação firme e responsável conduzida pelo sindicato.

Desde o início das tratativas, o SINDSEG esteve presente, representando os interesses dos Vigilantes e demais profissionais da segurança privada, sempre em busca de avanços concretos que valorizem o trabalho da nossa categoria.

Sabemos que o PPR é uma forma de reconhecimento pelo esforco e dedicação dos Vigilantes. Por isso, não medimos esforços para garantir que os acordos sejam justos e cumpridos. Seguiremos trabalhando com seriedade, ouvindo a base e enfrentando os desafios sempre com diálogo, transparência e muita firmeza.

VALOR TOTAL A SER PAGO

R\$ 511,48

DATA LIMITE PARA PAGAMENTO

31/07/2025

DATA LIMITE DO DEMONSTRATIVO

21/07/2025

OBS: Empregados afastados do trabalho em gozo de benefício do INSS terão direito ao PPR na proporção de 1/12 avos por mês ou fração (R\$ 42,62) até a data do seu afastamento, assim como a partir do efetivo retorno ao trabalho após a alta do INSS.

Falta injustificada Peso: 100% (R\$ 511,48)

Falta documentada Peso: 45% (R\$ 230,17) 1^a falta (50%) = R\$ 255,74 2^{a} falta (50%) = R\$ 255,74 perda total

1ª falta = não haverá desconto 2^{a} falta (22,5%) = R\$ 115,08 3^{a} falta (22,5%) = R\$ 115,08 perda total

Falta abonada por lei

Não haverá desconto

Pontualidade (Atraso 20 min) Peso 10% (R\$`51,15)

Cada atraso (2%) = R\$ 10,2305 atrasos (10%) = R\$ 51,15

Advertência/Suspensão Peso 10% (R\$ 51,15)

1ª punição (5%) = R\$ 25,57 2ª punição (5%) = R\$ 25,57

Falta da CNV Peso 5% (R\$ 25,57)

total do PPR = R\$ 25,57

Recolhimento do posto de serviço Peso 25% (R\$ 127,87)

Perda de 25% do valor total do PPR = R\$ 127,87

Perda de 5% do valor

Descumprimento de norma Peso 5% (R\$ 25,57)

1^a ocorrência 2,5% = R\$ 12,78 2^a ocorrência 2,5% = R\$ 12,78

Editorial

É com muito orgulho e alegria que agradecemos aos nossos Associados, familiares e convidados que abrilhantaram a festa de 29 anos do SINDSEG, realizada também em comemoração ao Dia do Trabalho. Foi um evento com clima familiar, marcado por reencontros



Presidente do SINDSEG entre antigos colegas de trabalho. Uma noite memorável, repleta de alegria e descontração.

Estamos na expectativa da regulamentação do Estatuto da Segurança Privada por meio de decreto presidencial. A redação final já foi divulgada e o texto está em fase final de análise no Ministério da Justiça e na Casa Civil. Em seguida, será encaminhado para assinatura do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditamos que essa regulamentação trará importantes mudanças para a nossa categoria.

É importante destacar que o Estatuto da Segurança Privada já está em vigor e o decreto de regulamentação trará avanços significativos, como:

- A proibição da atuação de profissionais autônomos ("bicos") em atividades de segurança, já que esse tipo de serviço só poderá ser realizado por empresas de vigilância credenciadas pela PF;
- Ampliação do poder de fiscalização da PF, que poderá atuar também em cooperativas de crédito, condomínios, estabelecimentos urbanos ou rurais (públicos ou privados) e eventos realizados em espaços de uso comum;
- Autorização para que Vigilantes utilizem, como arma de porte, a pistola calibre .380 e a pistola calibre .38 TPC:
- Tornar crime organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada sem autorização da PF, com pena de 1 a 3 anos de detenção, além de

Iniciamos a atualização cadastral de nossos associados com o objetivo de melhorar a comunicação e ampliar os benefícios oferecidos. Colabore enviando suas informações pelo WhatsApp: (12) 3133-2738.

Acompanhe todas as novidades do SINDSEG.

@sindseg www.sindicatovigilantes.com.br



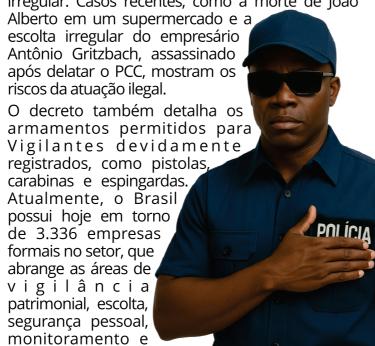
Governo prevê multa para policial que fizer vigilância privada clandestina

O governo Lula estuda publicar um decreto que prevê multa de até R\$ 30 mil para quem atuar ilegalmente na segurança privada, incluindo policiais e guardas municipais. A minuta foi elaborada pela PF, responsável pela fiscalização do setor, e está sob análise do Ministério da Justiça. O objetivo do decreto é regulamentar o novo Estatuto da Segurança Privada, sancionado em setembro de 2024, que substitui a legislação anterior, em vigor desde 1983. A nova lei criminaliza a oferta de serviços armados sem autorização, com pena de detenção de 1 a 3 anos.

O decreto define como clandestina qualquer atividade de segurança privada — armada ou desarmada — sem registro na PF. As multas variam de R\$ 1.000 a R\$ 10 mil para pessoas físicas e de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil para empresas, com valores maiores em caso de reincidência. Policiais só poderão atuar no setor com autorização estadual e vínculo com empresas autorizadas.

Para o coronel reformado José Vicente da Silva Filho, essa prática deveria ser proibida, pois compromete a ética e a integridade das instituições públicas. Segundo Ivan Hermano, da Fenavist, a nova lei fortalece a atuação da PF contra práticas clandestinas, antes limitadas à fiscalização de empresas registradas.

A legislação anterior não previa punição imediata para pessoas físicas flagradas atuando de forma irregular. Casos recentes, como a morte de João



formação profissional.

Homologação no Sindicato pode voltar a ser obrigatória

A volta da obrigatoriedade da homologação de rescisões nos Sindicatos está sendo discutida em Brasília. Segundo a Folha de S.Paulo, o ministro do STF Gilmar Mendes articula com parlamentares a retomada desse processo, extinto em 2017. A preocupação, segundo ele, é o aumento de 28,7% nas ações trabalhistas em 2023 — cerca de 4,19 milhões de novos litígios, segundo o CNJ.

No entanto, entidades como a CNF, presidida por Rodrigo Maia, também apoiam a proposta por razões econômicas: os bancos têm gasto R\$ 10 bilhões por ano com processos trabalhistas e reservado R\$ 40 bi em provisões. O Sindicato dos Comerciários destaca que a retirada da obrigatoriedade da homologação foi um retrocesso e, continua oferecendo o serviço de forma gratuita.

Um levantamento mostra que 15% dos trabalhadores que passaram por análise no Sindicato teriam recebido menos verbas rescisórias se não tivessem buscado esse apoio. O texto do projeto foi protocolado pelo deputado federal Paulinho da Força, e o presidente da Câmara, Hugo Motta, prometeu celeridade na tramitação. A proposta prevê que, em caso de divergências, a homologação deve ser feita com ressalvas, e a empresa terá até 60 dias para propor um acordo. Se não houver acordo, o

trabalhador poderá recorrer à Justica. No entanto, se não houver contestação, a rescisão será considerada quitada, o que gera críticas por possivelmente limitar o direito de ação do trabalhador.

Na campanha salarial, o Sindicato dos Comerciários ainda propõe a obrigatoriedade de homologação no PREVIDÊNCIA SOCIAL Sindicato para rescisões com pagamento em espécie e vínculo superior a um ano. "É fundamental que os trabalhadores nos procurem para conferir seus direitos", afirma o presidente

Márcio Ayer.

Prazo para entrega de documentos que atestem a rescisão trabalhista

Uma dúvida comum entre empresas e trabalhadores diz respeito ao prazo para entrega dos documentos que comprovem a comunicação da extinção do contrato de trabalho aos órgãos competentes. O artigo 477 da CLT impõe essa obrigação ao empregador, sob pena de multa.

Com a Reforma Trabalhista, o artigo 477 foi alterado, estabelecendo que o empregador tem até 10 dias corridos após o fim do contrato para pagar as verbas rescisórias e entregar os documentos de desligamento. A dúvida era se a multa prevista no § 8º do artigo também se aplicaria quando apenas os documentos não fossem entregues nesse prazo.

O Tribunal Superior do Trabalho pacificou a questão por meio do Tema 127, definindo que a multa é devida mesmo quando apenas os documentos não forem entregues dentro do prazo legal, independentemente do pagamento pontual das verbas. Essa tese obriga outros tribunais e juízes a seguirem o mesmo entendimento.

Segundo os especialistas, o empregador deve, além de pagar as verbas, anotar a CTPS, comunicar a dispensa aos órgãos competentes, e entregar as guias necessárias para saque do FGTS e habilitação ao seguro-desemprego. O descumprimento pode gerar até indenização por danos morais.

> O presidente do TST reforçou que a medida visa proteger o trabalhador e garantir acesso aos seus direitos fundamentais, como o FGTS e o segurodesemprego, cuja ausência pode comprometer sua subsistência. Assim, com a definição do TST, fica claro que o prazo de 10 dias deve ser respeitado tanto para o pagamento das verbas quanto para a entrega dos documentos.

> > O desligamento de um empregado exige responsabilidade, a fim de evitar riscos jurídicos e garantir o cumprimento do papel social da empresa.

Sua empresa não pode te obrigar a usar o seu celular pessoal para registro de ponto!

CARTEIRA DE TRABALHO

Se a empresa exige o registro de ponto eletrônico (por aplicativo ou outro sistema digital), ela tem a obrigação de fornecer o equipamento necessário para isso (um celular da empresa, um tablet, um relógio de ponto eletrônico, etc.). Usar seu próprio aparelho gera custos, invade a sua privacidade, além de ser uma prática ilegal. (Portaria 671 do Ministério do Trabalho e Previdência). Se isso está acontecendo em sua empresa, DENUNCIE! Whats: 12 3133-2738.